



Jornal da 4ª SEMANA SOCIAL BRASILEIRA

Ano 1 Nº 3 Out - 2005 Publicação da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade da Justiça e da Paz - CNBB

MUTIRÃO POR UM NOVO BRASIL

A Assembléia Popular: *Mutirão por um Novo Brasil* pretende reunir cerca de 10 mil participantes, de 25 a 28 de outubro, em Brasília para pensar novos rumos para o País. Este evento é resultado concreto da soma de esforços de dois momentos importantes para construir o Brasil que queremos: a 4ª Semana Social Brasileira – CNBB e a Assembléia Popular da Campanha Jubileu Sul/ Brasil.

A motivação para que a 4ª SSB e o Jubileu Sul formassem essa corrente está no empenho em dar uma resposta forte e significativa aos desafios da atual conjuntura política. Diante do cenário de disputas, conflitos e denúncias de corrupção no seio da política nacional, essas entidades chamam os cidadãos brasileiros para uma reflexão crítica sobre a prática do poder político e o poder do povo de intervir na transformação do País. “A decisão partiu da realidade brasileira que estamos vivendo hoje. Queremos mostrar ao mundo político que a sociedade civil tem algo a dizer. Por isso essa assembléia é feita em mutirão, construída conjuntamente”, explica a Ir. Delci, da Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Coordenação Nacional da “Assembléia Popular: *Mutirão por um Novo Brasil*”.

Eixos e discussões – Entre os principais temas a serem trabalhados no encontro estão a construção democrática do Estado nacional (representação política e intervenção da sociedade nas transformações sociais), o endividamento e a possibilidade de o país se comprometer com uma auditoria da dívida externa, a sustentabilidade da vida (com sub-temas como meio ambiente, direitos humanos e combate à violência), o mundo do trabalho (alternativas como a Economia Popular Solidária e a superação do desemprego), e a retomada dos valores éticos em todas as esferas nacionais.

A Ir. Delci explicou, ainda, que o público esperado será constituído de pessoas já engajadas nas lutas sociais e pastorais das Igrejas. “Não é uma massa aleatória”, define.

Durante quatro dias, forças sociais e pastorais pensarão, conjuntamente, estratégias de superação da crise brasileira, uma crise que não está localizada na ação de um partido político ou de um governo em específico, mas na formação desigual de uma nação. Os organizadores do Mutirão acreditam que a pressão popular, esta sim, pode redesenhar um projeto para o País, com equidade de direitos, onde cada homem e cada mulher sejam respeitados no acesso à educação, à saúde, à moradia e ao trabalho.

Artigo:

Frei Sérgio defende uma proposta de reforma política que altere as relações de poder.

PAG. 3

Entrevista:

Rosilea Wille, do Conic, diz que o referendo representa o fortalecimento da democracia.

PAG. 4

GREVE DE FOME em defesa da vida e do Rio São Francisco



Dom frei Luís Flávio Cáprio, bispo diocesano de Barra (BA), iniciou no dia 26 de setembro, ao meio dia, uma greve de fome, em Cabrobó (PE), região onde o governo pretende construir uma das tomadas de água para a transposição.

Este gesto extremo pretende garantir que o Governo federal reveja sua decisão de levar a cabo o projeto de transposição. O bispo de Barra e várias entidades sociais defendem a necessidade urgente de revitalização do rio e de ações que garantam o verdadeiro desenvolvimento para as populações pobres do nordeste.

“Meu gesto é o último recurso que me resta para fazer o Governo Federal desistir desta obra insana e mentirosa, que é a transposição.”

“Minha luta também é pelo sagrado direito do povo do Nordeste a ter água boa e vida digna.”

“A Assembléia Popular: Mutirão por um novo Brasil significa passar do discurso para a ação, por que não há maior amor que dar a vida pelos seus amigos.”

EDITORIAL

D. Demétrio Valentini,
coordenador da 4ª SSB,
Bispo de Jales (SP)

VENTOS DE PRIMAVERA

À semelhança do Katrina nos Estados Unidos, o Brasil também foi atingido por violento furacão. As denúncias de corrupção, envolvendo importantes figuras políticas, causaram violentos estragos na confiança do povo. À primeira vista, as conseqüências pareceriam irreparáveis.

Mas a própria natureza ensina que depois da tempestade, sempre vem a bonança. Os ventos frios do inverno são precursores da brisa saudável da primavera. Este o ritmo determinado pelas forças cósmicas.

Na política, quem determina o ritmo das mudanças é a cidadania. Ela pode domar a força deletéria da corrupção e transformá-la em energia positiva que desperta as consciências e propicia clima favorável para a renovação das instituições políticas.

A resposta adequada para superar a decepção causada pela crise política que se abateu sobre o Brasil é a retomada da participação consciente e organizada da cidadania. O processo da Semana Social Brasileira, em sintonia com outras iniciativas dos movimentos sociais, é um claro sintoma desta saudável reação, que, aos poucos, vai se desenhando.

Se olhamos o panorama da América do Sul, percebemos uma convergência de fatos que comprovam como a temporada é propícia para o protagonismo da cidadania. Assim o atesta a situação de diversos países.

Na Venezuela, o voto do povo, expresso em plebiscito, dirimiu a questão institucional que pairava sobre o país, e confirmou a legitimidade do presidente Chavez.

No Equador, os povos indígenas, com suas manifestações sintonizadas com as aspirações do povo, forçaram Lucio Gutierrez a abandonar o seu cargo de presidente.

De maneira ainda mais clara e inequívoca, as manifestações populares da Bolívia forçaram as mudanças políticas que ainda estão em curso naquele país, apontando com muita lucidez as prioridades políticas que precisam comandar as ações do governo boliviano.

São fatos animadores. Eles sinalizam que a estação é propícia. Até a ecologia nos mostra como o Brasil está inserido no bioma da América do Sul: os ventos vindos da planície dos Pampas, canalizados entre os Andes e o oceano Atlântico, trazem as chuvas da primavera.

Os ventos da cidadania indicam que chegou a nossa hora. A feliz coincidência da data marcada no mês de outubro para o "Momento Nacional" da Quarta Semana Social Brasileira acabou se transformando no mote para a reação convergente dos Movimentos Sociais e de quantos querem se juntar ao *Mutirão por um Novo Brasil* diante da nova situação política.

De 25 a 28 de outubro, em Brasília, somos convocados a participar da **Assembleia Popular – Mutirão por um Novo Brasil**, com a participação de milhares de lideranças vindas de todos os Estados do Brasil. É a soma do processo da Semana Social e do processo das assembleias populares do Movimento Jubileu Sul, a que se juntam tantos outros movimentos ancorados nesta plataforma comum de cidadania que sempre quiseram ser as Semanas Sociais incentivadas pela CNBB.

O tempo é propício. A hora é esta. O compromisso é de todos.

Seminário prepara instrumento para Assembleia Popular

O *Mutirão por um Novo Brasil* só acontece no final de outubro, mas já em setembro afeventou a discussão de forças sociais e eclesiais de todo o País. Exemplo disso foi o Seminário Preparatório, realizado dos dias 23 a 25 de setembro, no Centro Cultural de Brasília (CCB). Mais de 70 participantes discutiram sobre o Texto Base a ser utilizado no Mutirão, além de acertarem questões de infra-estrutura e logística.

Segundo Ivo Poletto, assessor da 4ª Semana Social e da Cáritas Brasileira, a participação e a proposição de temas foram intensas, mas não começaram neste Seminário. "Este evento foi a convergência do que já tinha sido feito nas semanas sociais e assembleias populares, desde maio de 2004".

A Assembleia Popular elaborará um documento onde se destacam dois olhares sobre o Brasil: o primeiro, mais geral, está dividido em diversas temáticas, como meio ambiente, soberania nacional, estratégias de superação da miséria, da fome e do desemprego, dentre outros; o segundo analisará as demandas do País a partir das diferenças de biomas (cerrado, floresta amazônica, sertão, zona temperada sul e semi-árido). "É uma visão de unidade a partir da diversidade", definiu Poletto.

Por todo o País já se respira um clima de Assembleia. Os Estados estão preparando suas delegações e centenas de pessoas integram as equipes de trabalho. As temáticas da Assembleia estão sendo discutidas amplamente com milhares de grupos populares, jovens universitários, sindicatos, trabalhadores do campo e da cidade, organizações de mulheres, entre outros. A abertura do evento em Brasília terá uma grande força política, em vista da retomada da ação articulada e propositiva das forças sociais do País.

Expediente

Jornal da 4ª Semana Social Brasileira

Uma publicação trimestral da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade da Justiça e da Paz, da CNBB

Presidente da Comissão: Dom Aldo Di Cillo, Arcebispo de João Pessoa (PB)

Coordenador da 4ª SSB: Dom Demétrio Valentini, bispo de Jales (SP)

Assessora da Comissão Episcopal Imã Deldi Maria Franzen

Coordenação Nacional da 4ª SSB: Campanha Jubileu Brasil, Cáritas Brasileira, Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (CERIS), CNBB, Conselho Nacional Leigos (CNL), Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB), Conic, Coordenação dos Movimentos Sociais, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), CUT, Federação dos Metalúrgicos RS, Grilo Nacional e Continental, Marcha Mundial de Mulheres, MST, Mutirão Miséria e Fome da CNBB, Pastoral da Juventude do Brasil, Pastoral Operária, Unafisco, UNE e Fórum Nacional pela Reforma Agrária.

Jornalista responsável: Cida Lima MT 23.324-SP

Revisão: Rosa dos Anjos Oliveira

Projeto gráfico e diagramação: André Said e Wilton Oliveira

Impressão: Gráfica Plano Piloto

Tiragem: 15.000

Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da CNBB

SE/Sul, quadra 801, conj. B

70401-900 - Brasília -DF

Fone: (61) 2103 8323 Fax: (61) 2103 8303

CAPA

Organize-se para a Assembléia

A organização da Assembléia Popular: *Mutirão por um Novo Brasil* dá dicas para os participantes que estarão no Ginásio Nilson Nelson nos quatro dias de discussão.

Toda a Assembléia será organizada por Estados, que devem, até lá, ter unificado os processos de participação da 4ª Semana Social Brasileira, das Assembléias Populares, Movimentos Sociais, Via Campesina, dentre outros. Cada Estado deverá ser auto-sustentável no evento.

Cada Estado terá dois coordenadores, cujos nomes, telefones e e-mails deverão ser encaminhados para a Secretaria da Assembléia. Os coordenadores dos Estados devem manter a Secretaria informada do andamento da mobilização e das finanças dos Estados. Eles também devem enviar para a Secretaria, em Brasília, os nomes e os telefones das pessoas que podem chegar a Brasília uma semana antes do evento, para ajudar nos preparativos da Assembléia.

Quanto aos ônibus que trarão os participantes, é solicitado um coordenador em cada ônibus, que ficará responsável também pelo credenciamento e pela inscrição dos participantes por temas de debate. Além disso, cada ônibus indicará uma pessoa para compor as equipes de alimentação, disciplina, saúde, mobilização, infra-estrutura e mística. Os participantes devem ler o Instrumento de Trabalho antes da chegada a Brasília.

MAIS DICAS

- Cada participante precisa trazer colchonete, roupa de cama e banho e material de higiene pessoal.
- A bandeira dos Estados será o identificador do acampamento, por isso não esqueça a sua!
- As barracas serão indicadas por faixas, também providenciadas pelos participantes.
- Pede-se, ainda, símbolos para a mística e produtos típicos do seu Estado.
- Não esquecer garrafa para beber água, agasalho e capa de chuva, afinal queremos que todos, ao fim da Assembléia, voltem para casa com boas recordações de Brasília.

SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA POPULAR
 Telefone: (61) 3323-3506
 e-mail: assembleiapopular@terra.com.br / ssb@cnbb.org.br



Artigo

Reforma política para dar o poder ao povo

Frei Sérgio Górgen

A crise do Estado Brasileiro é mais grave do que se imagina. Existe uma profunda contradição entre os anseios populares, a capacidade de resposta do Estado e a capacidade de participação da cidadania com os meios disponíveis para que esta participação se efetive.

Neste momento, é importante termos um projeto para provocar um debate profundo no meio do povo e nos setores organizados da população, na tentativa de construirmos uma proposta de reforma política que altere as relações de poder e consagre o povo como sujeito de seu próprio destino. A reforma política proposta pelas elites tem como único objetivo recuperar sua credibilidade para continuar dominando, e não para alterar as relações de poder nem para dar ao povo instrumentos reais para combater a corrupção pública e privada que sustenta o sistema capitalista neoliberal.

Uma reforma política digna deste nome deve transformar a democracia numa ação política de fato, com poder real nas mãos das massas populares e voltada para resolver os problemas concretos que atingem a vida do povo. E não um mero discurso para justificar o poder dos que mandam e para manter no comando das estruturas reais de poder quem sempre lá esteve.

É fundamental que se criem mecanismos permanentes de participação direta da população nas decisões políticas das várias instâncias de poder político, com a convocação permanente de plebiscitos, referendos e consultas populares para a tomada de decisões de importância para a população.

É necessário romper as malhas que instrumentalizam a cooptação, a dependência e a submissão do povo aos interesses dos políticos e dos grupos de poder. O clientelismo, o fisiologismo, o assistencialismo e o paternalismo são as formas clássicas de manter o povo pobre devendo favor às elites políticas. É preciso cortar os instrumentos de perpetuação no poder, impedir o desequilíbrio de poder entre representantes e representados e construir mecanismos concretos de controle do povo sobre a gestão do Estado.

Defendemos que nenhum político possa exercer mais de dois mandatos eletivos consecutivos em qualquer instância, sendo obrigado a uma quarentena de 4 anos após dois mandatos. O controle popular sobre os eleitos precisa ser exercido de fato, para que a eleição não seja uma delegação de caráter absoluto.

No entanto, a atual correlação de forças e a estrutura do Congresso Nacional não permitiriam a concretização de uma reforma política nestes termos. Só com mobilização popular construiremos estas transformações; e essa mobilização passa pela revolta do povo e pela negação disso que está aí. As propostas colocadas podem ajudar, sinalizando à população que há perspectiva de saída.

Frei Sérgio Górgen
 militante da Via Campesina do Brasil e deputado estadual (PT-RS)

ENTREVISTA

“Sim” ao referendo, “sim” à vida

Diga sim à PAZ
Vote 2

A sociedade brasileira ainda não percebeu o poder que tem em suas mãos. Ainda engatinha no aprendizado sobre a democracia e seus instrumentos. No dia 23 de outubro, o país dará um grande salto ao realizar, pela primeira vez em sua história, um referendo, previsto na lei nº 10.826, conhecida como “Estatuto do Desarmamento”. A votação será para saber se a população é contra ou a favor da proibição do comércio de armas e munição. Membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e vice-secretária geral da Defensoria da Paz, a psicóloga Rosilea Roldi Wille é uma das ativistas pelo “sim” ao referendo. “Se o resultado for “não”, a gente vai continuar lutando”, avisa. Em entrevista ao Jornal da 4ª Semana Social Brasileira, a psicóloga fala do significado do referendo, da ação da Igreja e da sociedade civil para esta conquista, e da “redescoberta” e do fortalecimento da democracia no País. Leia a seguir trechos da entrevista:

1. Jornal 4ªSSB – Em que medida a prática do referendo consolida a democracia brasileira?

Rosilea Wille – Depois da ditadura militar, o Brasil aprendeu de novo o que é viver uma democracia e continua aprendendo. Para você exercitar a democracia, precisa desses instrumentos democráticos. Trata-se também do cidadão saber o que significa dar ou não seu voto e o poder que está imbuído neste ato. Eu não duvido nada que as empresas que defendem a comercialização façam alguma manobra de compra de votos. Porque, infelizmente, a nossa democracia passa por mensalão e mensalinho. A nossa democracia padece das nossas contradições. Assim acontece com o nosso sistema eleitoral. A consciência democrática não advém apenas de um evento na vida da pessoa. Ela vem de um conjunto de fatos e de aprimoramento.

2. Jornal 4ªSSB – Qual é a importância da participação popular em referendos e plebiscitos?

Rosilea Wille – O “sim” ao referendo representa o poder que o povo tem. É um momento de fortalecimento da democracia. Num plebiscito, eu decido sobre algo que ainda não foi legislado. No referendo, eu decido se algo que já foi legislado deve ou não permanecer na lei.

4

3. Jornal 4ªSSB – Depois do referendo, a população terá força para exigir a aplicação do Estatuto do Desarmamento e a ampla reforma na segurança pública?



Rosilea Wille:
“O referendo faz parte de um conjunto de esforços para construir esse novo Brasil”

4. Jornal 4ªSSB – Quais os próximos passos, caso a proibição do comércio de armas seja aprovada no País?

Rosilea Wille – A lei não prevê o que virá depois, mas nós não vamos desistir. A gente não está nessa luta como uma roupa que vestimos todos os dias. Ela é inerente a todos nós. A gente acredita na vida, então não é possível outra opção. Não lutamos para nós, mas para mudanças na sociedade. Isso faz parte da nossa maneira de enfrentar a desigualdade e a injustiça. Não estamos lutando só pelo desarmamento. A sociedade está amadurecendo. A democracia não é um fato dado. Precisa do esforço de cada um de nós para que o País seja diferente. O referendo faz parte de um conjunto de esforços para construir esse novo Brasil.

5. Jornal 4ªSSB – Esse referendo pode estimular a prática de outros referendos e plebiscitos na sociedade brasileira?

Rosilea Wille – Sim. Eu acho que é a parte de uma nova sociedade, onde nós, brasileiros, nos voltamos para esse mundo de indigentes que estão à nossa volta e que muitas vezes nos recusamos a olhar. A violência está disseminada em nossa sociedade, em todos os

sentidos. Um país que tem mais de cinquenta milhões de pessoas na miséria vive uma contradição absurda. Essas contradições são fomentadoras da violência. O referendo faz parte de um conjunto de lutas, de esforços, de pessoas como nós que lutamos por uma sociedade mais justa, com maior equidade social.

6. Jornal 4ªSSB – A Campanha da Fraternidade Ecumênica deste ano, “Solidariedade e Paz”, contribuiu para que o referendo fosse realizado?

Rosilea Wille – Totalmente. Primeiro porque a gente consegue atingir todas as instâncias da sociedade. Essa chamada para que a sociedade compreenda o que é solidariedade e paz também é uma forma de enfrentar a violência. Já que não se pode fazer campanha declarada, só o fato de dizer “vote sim, vote na vida” já é alguma coisa. A sociedade precisa de paz, solidariedade e igualdade.

7. Jornal 4ªSSB – Qual o papel dos movimentos sociais e das Igrejas no combate à violência?

Rosilea Wille – A gente não pode criar uma cultura de paz se as pessoas não sabem o que é essa cultura de paz. Como pode, do lugar onde você está, se tornar um agente da paz? Posso citar a Defensoria da Paz, que tem várias ações. Ela advém de um gesto concreto da Campanha da Fraternidade. É um conjunto de pessoas e de entidades que se comprometem com a paz no Brasil. Pensamos também em criar uma ouvidoria, um observatório, onde se possa notar como se dá a desigualdade no Brasil. A gente precisa detectar a raiz dos problemas.

8. Jornal 4ªSSB – Um cidadão desarmado contribui para acabar com a violência?

Rosilea Wille – Eu não acho que a arma na mão do cidadão resolva o problema da violência. Se resolvesse, o problema da violência já teria sido resolvido com cada cidadão tendo uma arma de fogo. Na Austrália, a taxa de homicídio caiu 50% depois que se proibiu o comércio. Austrália, Japão e Inglaterra, onde as armas são proibidas, são os países onde menos se mata com armas de fogo. Enquanto os Estados Unidos, um dos países mais liberais com o uso de armas, está em 8°. Eu acho uma ousadia do Brasil, por ter altos índices de violência, um dos mais altos do mundo, realizar este referendo.